

REVISTA ABA+

RECONHECIMENTO E A BUSCA POR APOIO

18 de Junho | **Dia do**
ORGULHO AUTISTA

No dia 18 de junho, é celebrado o Dia do Orgulho Autista (Autistic Pride Day), uma data que nasceu do desejo de reconhecer e valorizar as experiências das pessoas no espectro autista. Essa celebração promove um olhar além do *déficit* e que contemple também os potenciais, interesses, formas próprias de comunicação e modos singulares de estar no mundo. [...].

A ideia de “orgulho” pode gerar estranhamento, especialmente, em famílias que vivenciam diariamente os desafios intensos relacionados ao diagnóstico, ao comportamento ou às limitações funcionais de seus filhos autistas.

pág 21

Agradecimentos

Nesta edição, reafirmamos nosso compromisso em proporcionar conteúdos e vivências que impulsionem o crescimento integral e eficaz de todos da comunidade ABA+.

Manifestamos nossa profunda gratidão a cada colaborador deste projeto — sua dedicação e esforço são essenciais para ampliarmos as oportunidades de diálogo, análise crítica e entendimento sobre assuntos tão relevantes para o mundo contemporâneo.

Continuamos unidos, com energia e propósito, construindo trajetórias de aprendizado e transformação.

DIREÇÃO

SANDRA PARO

COLABORAÇÃO

**ALINE ALVES, MATHEUS SILVA, RENATA MAMEDE E
ROSIANE MEDRADO**

COORDENADORA

CRIS ALVES

EDIÇÃO

MARIA GABRIELLY

DIAGRAMAÇÃO

ÚLLI DE OLIVEIRA | UM PONTO MARKETING

ORGANIZAÇÃO DOS EVENTOS

ANA CAROLINA

CONSELHO EDITORIAL

**SANDRA PARO, CRIS ALVES, CHRISTIANE
MAMEDE E MARIZA DOMINGUES**

SUMÁRIO



05 DA EDITORA

Uma carta da editora
aos queridos leitores.

06 BRASILIDADES

A Cultura Brasileira do
Jeitinho Cordial

16 É VERDADE. #SQN

Mitos e Verdades
sobre
comportamento e a
ciência ABA

20 SOCIEDADE

Dia do Orgulho
Autista

29 DICAS DO PROFISSIONAL

Desmistificando a CAA

37 PAPO DE PROFESSOR

Sementes

40 VIDA REAL

Maternidade Atípica

47 ESCREVENDO EM FOGO BAIXO

Menu infantil virou
brincadeira de mau gosto?



51

DICA DE LEITURA

Resenha: Leve pra quem?

54

ABA+ ACADEMY

Dado Quebra-Gelo

55

EVENTOS

Vem aí o Congresso
Jornada do Autismo,
em Brasília

57

SOFTWARE ABA+

Agendamento
Automático



Editorial – Edição [05/2025]

Bem-vindos à 5ª edição da Revista ABA+!

É com grande entusiasmo que chegamos a mais uma publicação, reafirmando nosso compromisso em compartilhar conteúdos que integram saúde, educação e bem-estar. Sempre atentas às inquietações e à esperança de quem deseja transformar positivamente a sociedade.



Nesta edição, mergulhamos em uma reflexão profunda sobre a brasilidade — esse jeito tão singular de ser do nosso povo — e exploramos como esses comportamentos se relacionam com os princípios da Análise do Comportamento. Também apresentamos relatos sensíveis e reflexões sobre a maternidade atípica, além de práticas pedagógicas inspiradoras que vêm fazendo a diferença em sala de aula.

Dedicamos ainda um espaço especial ao Dia do Orgulho Autista, reafirmando nosso propósito de celebrar a neurodiversidade e ampliar a conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Desejamos a você uma excelente leitura!

Até a próxima edição.

Equipe ABA+ Inteligência Afetiva

ABRAÇOS E ATALHOS

A CULTURA BRASILEIRA DO JEITINHO CORDIAL

Por Sandra Paro

O brasileiro é conhecido mundialmente por sua simpatia, receptividade e calor humano — e poucas expressões traduzem tão bem essa afetividade quanto o abraço. No Brasil o abraço é mais do que um gesto social: é uma demonstração de carinho, acolhimento e conexão emocional.

Pesquisas em psicologia mostram que o toque, especialmente o abraço, libera **ocitocina**, o chamado “hormônio do afeto”, que promove bem-estar e reduz o estresse. No Brasil, onde a convivência coletiva, o improviso afetivo e a alegria estão enraizadas no cotidiano, o abraço é quase um patrimônio imaterial.



A cordialidade é um traço marcante do imaginário social brasileiro. O termo, que remete à ideia de gentileza e afeto, foi consagrado na obra *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda. No entanto, o autor usa o termo com um sentido mais complexo e ambíguo: para ele, o “homem cordial” não é apenas aquele que age com simpatia e delicadeza, mas sim aquele que orienta suas ações mais pelo coração do que pela razão — ou seja, pelas emoções e vínculos pessoais, em vez de normas impessoais e institucionais.

Diversos estudiosos analisaram como essa cordialidade impacta as relações sociais, políticas e jurídicas no Brasil. Roberto DaMatta (1986), antropólogo brasileiro, aprofunda a ideia de que o “jeitinho” é uma forma de negociar entre a rigidez da norma e a flexibilidade do afeto. Para ele, isso se insere num modelo dual de sociedade: de um lado, o mundo da casa (pessoal, íntimo, hierárquico); de outro, o mundo da rua (impessoal, legal, igualitário). A cordialidade brasileira expressa justamente essa tensão entre as esferas pública e privada.

Por outro lado, essa característica também é frequentemente celebrada como uma forma de sociabilidade calorosa, empática e integradora. A hospitalidade brasileira, a valorização do encontro, do toque, do humor e da conversa são frequentemente apontados como traços positivos da identidade nacional. Esses elementos são cruciais para a construção de relações de confiança e solidariedade em contextos adversos, como aponta Lins da Silva (2007) ao estudar o comportamento comunicacional brasileiro.





A cordialidade é uma construção histórica e cultural, forjada por processos sociais como a colonização, a escravidão, o patriarcalismo e a fragilidade das instituições democráticas. Assim, compreender a cordialidade brasileira é também entender as contradições de uma sociedade que valoriza a empatia e o calor humano, mas que muitas vezes negligencia os princípios da igualdade formal, da impessoalidade e da justiça social.

Já o **“jeitinho brasileiro”**, é uma expressão popular que designa uma forma peculiar de resolver problemas ou contornar obstáculos por meio de improviso, flexibilidade e habilidades interpessoais. Longe de ser apenas uma prática cotidiana, o jeitinho revela traços profundos da cultura brasileira e das estruturas sociais que a moldam. Ele se manifesta tanto em situações triviais — como conseguir um lugar em uma fila — quanto em contextos mais complexos, como negociações com instituições públicas ou empresas privadas.

A socióloga Mariana Teixeira, pesquisadora de comportamento social na América Latina, explica:

“O brasileiro tem uma forte cultura de mediação e negociação informal. Em vez do confronto direto, prefere suavizar tensões, o que pode parecer empatia, mas também é uma maneira de evitar o conflito aberto. O problema é quando essa flexibilidade vira permissividade ou desrespeito coletivo.”



Essa maneira de lidar com os conflitos, muitas vezes permeada pela afetividade e pelo improviso, pode ser vista como um recurso de sobrevivência em um país marcado por desigualdades, burocracias e falta de acesso a direitos plenos. Para o antropólogo Caio Lima, especialista em cultura popular, o “jeitinho” é menos uma falha moral e mais uma forma de criatividade social:



“O jeitinho é um código de adaptação. Ele nasce da necessidade de resolver problemas com os recursos disponíveis. É diferente da corrupção sistêmica, embora ambos possam se confundir em contextos em que as regras não são claras ou justas.”

Estudos recentes, como os de Livia Barbosa (2006), também apontam que o jeitinho brasileiro não deve ser confundido com corrupção, embora possa ser um de seus caminhos. Para Barbosa, o jeitinho envolve “a habilidade para burlar regras, mas também para negociar, adaptar e conciliar”, sendo uma forma cultural de mediação em sociedades com baixa confiança institucional.

Portanto, o jeitinho brasileiro é uma prática social ambivalente: ao mesmo tempo que revela criatividade, sociabilidade e adaptabilidade, também explicita os limites do desenvolvimento institucional e o desafio de consolidar uma cultura democrática e legalista. Compreendê-lo é fundamental para interpretar o comportamento social no Brasil e propor caminhos mais éticos e inclusivos de organização social.

No romance *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter* (1928), de Mário de Andrade, é uma das mais ricas alegorias da identidade brasileira e oferece uma representação literária precoce de traços culturais.

Dentre esses traços, destacam-se o jeitinho brasileiro e a cordialidade, práticas sociais que revelam formas ambíguas de negociação entre o indivíduo e as normas sociais.



Macunaíma, personagem-título, é um anti-herói que vive de espertezas, truques, dissimulações e improvisos. Ele constantemente busca atalhos para evitar o trabalho, manipula os outros em benefício próprio e lida com situações adversas com astúcia e sedução. Macunaíma, em sua jornada, nunca segue caminhos lineares nem se prende a valores morais fixos — seu lema é "ai, que preguiça", sinal de sua recusa em se adaptar às exigências da lógica produtivista ou racionalista da modernidade.

A forma como Macunaíma estabelece relações — ora afetuosas, ora manipuladoras — evidencia essa primazia do emocional sobre o racional, típica da sociabilidade brasileira. O protagonista não age a partir de uma ética universalista ou legalista, mas sim conforme seus impulsos e interesses momentâneos, como um verdadeiro representante do "homem cordial" em sua versão mais instintiva.

O próprio título do romance — "herói sem nenhum caráter" — é ambíguo: por um lado, denuncia a ausência de princípios éticos constantes; por outro, sugere a multiplicidade de "caracteres" culturais que formam o Brasil. Antônio Candido (2004), observa que Macunaíma é um "compósito de etnias, culturas, línguas e comportamentos", representando o sincretismo e a fluidez identitária do povo brasileiro.

O jeitinho brasileiro e a cordialidade são traços marcantes da cultura nacional que podem ser analisados à luz da Análise do Comportamento e das estruturas sociais do Brasil. Essas práticas comportamentais, muitas vezes naturalizadas, revelam estratégias de resolução de conflitos, adaptação a normas e manutenção de relações interpessoais que refletem tanto contingências históricas quanto funcionais.



Jeitinho Brasileiro

E ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

O jeitinho brasileiro é frequentemente descrito como uma forma criativa e informal de contornar regras, hierarquias ou burocracias para atingir objetivos pessoais ou coletivos. Do ponto de vista da Análise do Comportamento, esse fenômeno pode ser compreendido como:

Um comportamento operante reforçado positivamente em um ambiente onde o cumprimento rígido de normas nem sempre é funcional ou eficiente.



Ocorre frequentemente em contextos nos quais as contingências sociais e legais são inconsistentes, e o acesso a reforçadores é limitado ou desigual.



Como explica Skinner (1953), o comportamento é moldado pelas consequências. Em uma cultura em que "dar um jeitinho" é frequentemente recompensado com eficiência, economia de tempo ou favorecimento social, esse repertório é mantido e generalizado.



Segundo Araújo e Dessen (2009), o jeitinho pode ser dividido entre o jeitinho ético (criatividade e flexibilidade) e o jeitinho antiético (manipulação ou corrupção), sendo ambos produtos de contingências distintas.

Cordialidade

E CULTURA BRASILEIRA

O conceito de cordialidade foi proposto por Sérgio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil (1936), que descreve o brasileiro como alguém que valoriza relações pessoais, afetividade e a resolução de conflitos por meio do afeto, e não pela impessoalidade das instituições.

Do ponto de vista da análise comportamental:

A cordialidade pode ser vista como um comportamento social mediado por reforçadores condicionados positivos, como aprovação, empatia e reciprocidade.



Isso está relacionado à ideia de controle social positivo, que, segundo Baum (2005), ocorre quando um comportamento é mantido pela aceitação ou aprovação do grupo.



Entretanto, essa valorização das relações pessoais pode entrar em conflito com normas institucionais impessoais, criando tensões éticas e morais na vida cotidiana (como na aplicação seletiva de regras).

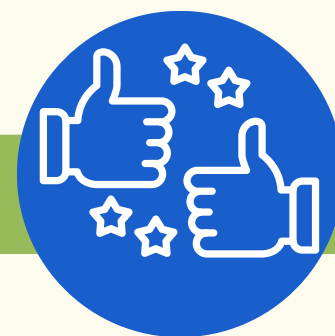


Cultura

COMO CONJUNTO DE CONTINGÊNCIAS

A cultura brasileira pode ser compreendida, segundo Skinner (1971) e Glenn (1988), como um conjunto de práticas mantidas por consequências compartilhadas por um grupo. Nesse sentido, tanto o jeitinho quanto a cordialidade são repertórios culturais:

São aprendidos por modelagem e reforço diferencial.



Estão fortemente ligados às práticas de sobrevivência em contextos marcados por desigualdades estruturais, burocracia excessiva e instabilidade institucional.



São funcionais em muitos contextos, mas também podem gerar efeitos colaterais disfuncionais do ponto de vista da ética e da justiça social.



Implicações para a

INTERVENÇÃO E EDUCAÇÃO SOCIAL

Do ponto de vista aplicado, especialmente em contextos de educação e intervenção social:

É importante ensinar repertórios alternativos que sejam igualmente eficazes, mas mais compatíveis com valores éticos, justiça e bem coletivo.



A promoção de contingências cooperativas e reforçadores sociais mais equitativos pode reduzir a necessidade do jeitinho como estratégia adaptativa.



A valorização da empatia e da afetividade (cordialidade) pode ser canalizada para promover comportamentos pro-sociais e cidadania ativa, desde que não comprometa a imparcialidade e o cumprimento de regras justas.



Ao unir o abraço afetuoso com os atalhos criativos do “jeitinho”, a cultura brasileira revela sua essência complexa e encantadora. A cordialidade e o improviso não são apenas comportamentos, mas formas de lidar com a vida, de se conectar com o outro e de buscar soluções diante das dificuldades do cotidiano. Entender esses traços é também reconhecer a beleza de uma sociedade que valoriza o encontro, a flexibilidade e o calor humano — mesmo quando isso envolve contradições. No fundo, o Brasil é feito de gestos que aproximam, histórias que se reinventam e pessoas que, entre afetos e estratégias, seguem encontrando caminhos possíveis.

Referências:

- Andrade, M. de (1928). *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Martins.
- Araújo, F., & Dessen, M. A. (2009). *O "jeitinho brasileiro" como um fenômeno cultural: o que dizem as pesquisas empíricas?* Psicologia: Teoria e Pesquisa.
- Barbosa, L. (2006). *O jeitinho brasileiro: A arte de ser mais igual que os outros*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Baum, W. M. (2005). *Understanding Behaviorism: Behavior, Culture, and Evolution*. Blackwell.
- Buarque de Holanda, S. (1936). *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras.
- Candido, A. (2004). *A personagem de ficção*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- DaMatta, R. (1997). *Carnavais, malandros e heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco.
- DaMatta, R. (1986). *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco.
- Glenn, S. S. (1988). *Contingencies and Metacontingencies: Toward a Synthesis of Behavior Analysis and Cultural Materialism*. The Behavior Analyst.
- Lins da Silva, C. E. (2007). *O adiantado da hora: A cordialidade brasileira e o jornalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and Human Behavior*. Macmillan.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond Freedom and Dignity*. Knopf.

é vdd. #sqn

AS FALÁCIAS SOBRE O USO DE PUNIÇÃO NA ABA

Por Matheus Silva



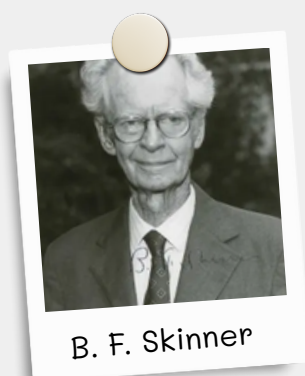
**ABA usa punição para
modificar comportamentos.**

É verdade, só que não! As práticas modernas de ABA priorizam o reforço positivo e técnicas éticas para promover comportamentos desejáveis. Intervenções aversivas, usadas no passado, foram amplamente abandonadas e não fazem parte das práticas éticas e baseadas em evidências que caracterizam a ABA contemporânea. A ciência evolui e a ABA também!

Uma outra crítica muito comum à Análise do Comportamento Aplicada (ABA) é a ideia de que se utiliza punições para controlar ou modificar o comportamento das pessoas que fazem intervenção com base nessa ciência. No entanto, é importante enfatizar que essa visão é extremamente equivocada (muito mesmo).

Como profissionais, conhecemos bem os efeitos da punição e suas implicações para o desenvolvimento e bem-estar dos nossos pacientes. Por isso, orientamos, inclusive os pais — que chamamos de “OPs” —, o uso de estratégias que incluam reforço positivo em vez de punições, promovendo uma intervenção e mudanças de comportamento de forma ética, respeitosa e eficaz.

B. F. Skinner, conhecido por muitos como o Pai da Análise do Comportamento, tem uma citação importante sobre a punição em seu livro *Além da Liberdade e da Dignidade* (escrito em 1971), em que ele fala:



“

Uma pessoa que foi punida não fica menos inclinada a se comportar de uma determinada maneira. Na melhor das hipóteses, ela aprende como evitar a punição.

— B.F. Skinner, 1971, *Beyond freedom and dignity*

Nessa frase, ele quer dizer que as pessoas não aprendem a forma esperada de se comportar quando são punidas, provavelmente (e em muitos casos), a pessoa que foi punida vai aprender no máximo o que fazer para não ser punida, como exemplo, não emitir esses comportamentos na frente de quem os pune. Curioso, não acha?

Como já falamos por aqui, ABA é uma ciência baseada em evidências. Isso significa que as estratégias utilizadas são constantemente avaliadas e adaptadas conforme novos estudos vão surgindo. O uso de punições não apenas se mostra ineficaz a longo prazo, como também contraria os princípios éticos que orientam a prática profissional atual.

Portanto, quando ouvir por aí que ABA utiliza punições para modificar comportamentos, **saiba que isso não condiz com a prática responsável e atual da ciência**. São ideias que, inclusive, são repudiadas pelos próprios profissionais da área. ABA ensina, acolhe, respeita e promove mudanças significativas. E isso se faz com empatia, respeito e ciência.

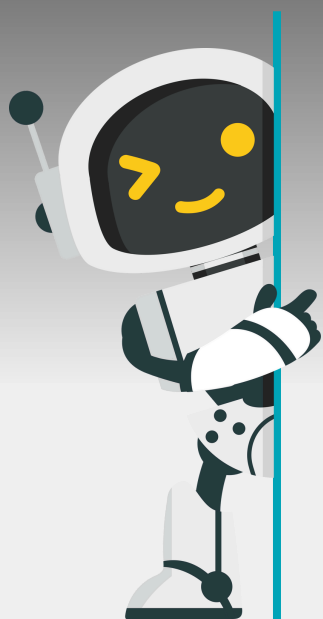


Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Alfred A. Knopf.

C: > Users > ABAMais > J RevistaABA.java

1 ABA é só na mesinha e robotiza a criança.

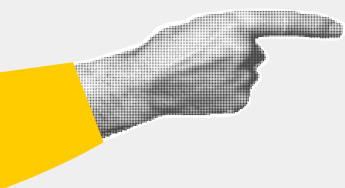
Por Matheus Silva



É verdade, só que não! ABA vai muito além da mesinha. O ensino estruturado pode ser uma etapa inicial do processo, mas a prática baseada em Análise do Comportamento é ampla, dinâmica e adaptável. O objetivo não é mecanizar comportamentos, mas construir repertórios funcionais, com base em contextos reais, promovendo flexibilidade, autonomia e generalização. ABA ensina para a vida — e não só para a sala de atendimento.

Um dos mitos mais comuns (e persistentes) sobre a ciência ABA é a ideia de que ela se resume a uma criança sentada em uma mesinha, repetindo instruções de forma automática, como se estivesse sendo "treinada" para agir feito um robô. Essa imagem, que muitas vezes é reforçada por vídeos fora de contexto ou lembranças de práticas muito antigas, está longe de refletir o que a ABA realmente é — e como ela funciona na prática atual.

A associação entre ABA e a mesinha geralmente vem da aplicação de uma forma de ensino conhecida como DTT (*Discrete Trial Teaching*). O DTT é uma forma de ensino estruturado em que habilidades são quebradas em pequenos passos, ensinados de forma clara, com uso de reforçamento positivo e níveis de ajuda que vão sendo retirados conforme a criança aprende. Parece simples? Talvez pareça mesmo... mas é eficaz! O DTT é super importante, principalmente, no início da intervenção, quando o objetivo é reduzir distrações e construir repertórios básicos que servirão de base para aprendizados mais complexos.



MAS ISSO NÃO SIGNIFICA QUE ABA É SÓ ISSO.

Pelo contrário: ABA é uma ciência, e como toda ciência, ela considera o contexto, a individualidade e as necessidades da pessoa atendida. Conforme o indivíduo aprende, a intervenção também muda (e como muda!). A mesinha dá lugar a brincadeiras, interações sociais, atividades de vida diária, jogos simbólicos e estratégias em ambientes naturais, além de diversas outras formas de ensinar. Além disso, mesmo quando falamos de DTT, isso não quer dizer que todo ensino em DTT é atrás de uma mesinha. Okay?

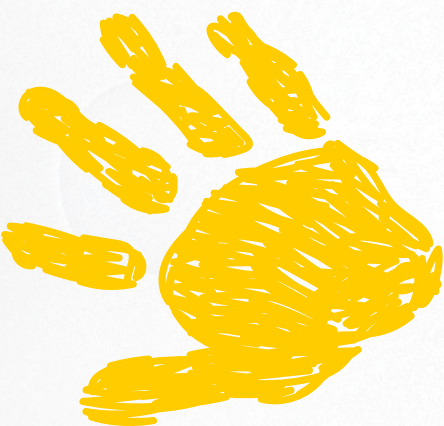
A ideia de que ABA “robotiza” a criança também não faz sentido. Principalmente, quando consideramos que um dos principais objetivos da intervenção é promover comportamentos flexíveis, espontâneos e funcionais, que possam ser generalizados para diferentes situações da vida real. Desse modo, a criança não aprende só a “responder certo” — ela aprende a se comunicar, fazer escolhas, interagir, resolver problemas e lidar com novas situações.

Além disso, todo esse processo é feito de forma individualizada e com base em avaliação constante. Isso garante que o ensino seja significativo para aquela criança, no seu tempo, do seu jeito, e com respeito à sua história e potencial.

Por isso, quando alguém disser que ABA é só na mesinha, ou que transforma a criança em um robô, pode ter certeza: essa pessoa ainda não viu a ABA sendo feita com qualidade. Porque ABA, é tudo o que uma boa ciência precisa ser: ética, responsiva, individualizada e, principalmente, humanizada.

Referências:

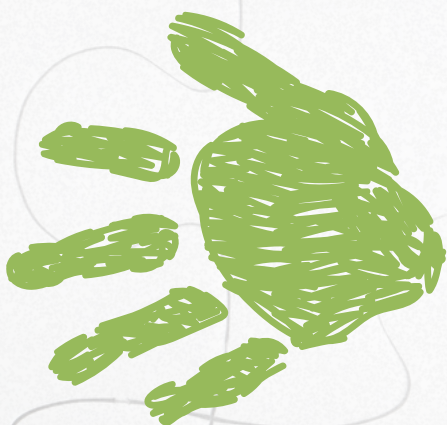
Cooper, J. O., Heron, T. E., & Heward, W. L. (2020). Applied Behavior Analysis (3rd ed.). Pearson.

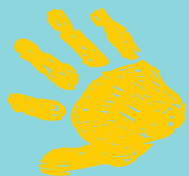


18 de Junho | **Dia do**
Orgulho Autista

**Entre o Reconhecimento da
Diferença e a Busca por Apoio**

Por Sandra Paro





Dia do orgulho AUTISTA

18 de Junho



No dia 18 de junho, é celebrado o Dia do Orgulho Autista (*Autistic Pride Day*), uma data que nasceu do desejo de reconhecer e valorizar as experiências das pessoas no espectro autista. Essa celebração promove um olhar além do **déficit** e que contemple também os potenciais, interesses, formas próprias de comunicação e modos singulares de estar no mundo.

Em um mundo que tantas vezes tenta padronizar formas de ser, pensar e sentir, o movimento do orgulho autista se levanta como uma voz poderosa e necessária. Ele não nega as dificuldades, mas escolhe exaltar as potencialidades, os talentos únicos e a forma singular como pessoas autistas percebem e interagem com o mundo. É uma celebração da neurodiversidade — a ideia de que cérebros diferentes são partes legítimas da diversidade humana.

Ver uma criança que antes não se comunicava verbalmente cantarolar a música favorita, ou um adolescente com hipersensibilidade sensorial encontrar paz em um ambiente acolhedor, é um lembrete de que há beleza nas diferenças. Histórias como a de Valentina, que aprendeu a dizer “mamãe” aos quatro anos de idade com ajuda da intervenção precoce, ou de Rafael, que criou um canal sobre astronomia com apenas 10 anos, nos mostram que o espectro autista é vasto — e repleto de possibilidades.

A comemoração surgiu em 2005, criada pelo grupo britânico *Aspies for Freedom*, como resposta a uma narrativa médica e social que historicamente associou o autismo à patologia, limitação e sofrimento. Inspirado em outros movimentos de orgulho — como o movimento LGBTQIA+ —, o Dia do Orgulho Autista propõe uma mudança de paradigma: do modelo clínico e deficitário para o modelo da neurodiversidade.

O QUE É NEURODIVERSIDADE?



Judy Singer

- ≡ O termo **neurodiversidade** foi cunhado pela
- ≡ socióloga australiana **Judy Singer** no final da
- ≡ década de 1990, e parte da ideia de que
- ≡ diferenças neurológicas como autismo, TDAH,
- ≡ dislexia e outras condições do
- ≡ neurodesenvolvimento são variações naturais
- ≡ da diversidade humana (Singer, 1999).

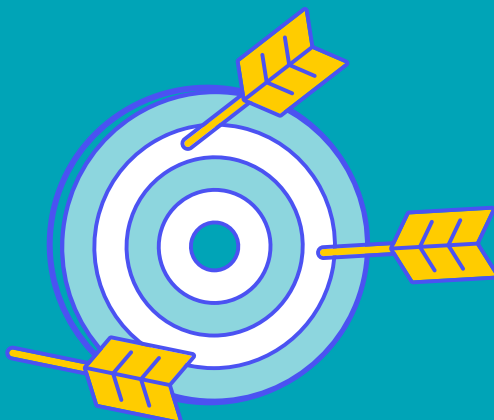
- ≡ Essa perspectiva propõe que o autismo
- ≡ não deve ser visto unicamente como um
- ≡ transtorno a ser corrigido, mas como
- ≡ uma identidade neurocognitiva legítima,
- ≡ que pode coexistir com dificuldades e
- ≡ necessidades de suporte.



Nick Walker

- ≡ Esse movimento ganhou força com autores
- ≡ como Nick Walker (2021), que destaca que
- ≡ “neurodiversidade não é uma teoria, mas um
- ≡ fato biológico: cérebros humanos são
- ≡ diversos”. Já o movimento do neuroorgulho
- ≡ (*autistic pride*) busca afirmar o direito de
- ≡ autistas a autoidentificação,
- ≡ autodeterminação e participação ativa nas
- ≡ decisões que dizem respeito às suas vidas.

POR QUE O ORGULHO?



A ideia de “orgulho” pode gerar estranhamento, especialmente, em famílias que vivenciam diariamente os desafios intensos relacionados ao diagnóstico, ao comportamento ou às limitações funcionais de seus filhos autistas.

O orgulho aqui não significa negação das dificuldades — mas sim a recusa em aceitar o estigma, a invisibilização e a patologização excessiva da diferença.



O movimento também chama atenção para as consequências negativas do capacitismo, ou seja, da discriminação contra pessoas com deficiência ou diferenças cognitivas, muitas vezes presentes nos discursos clínicos, educacionais e sociais. Como afirma Ortega (2009), o autismo passou a ser não apenas uma categoria médica, mas também um “modo de subjetivação” que exige novas formas de escuta e reconhecimento.

É importante dizer, no entanto, que o movimento da neurodiversidade não é unânime nem definitivo. Muitos profissionais da saúde, pesquisadores e famílias defendem que o reconhecimento da identidade autista não deve excluir a importância das intervenções baseadas em evidências, sobretudo nos primeiros anos de vida.

É essencial mantermos a lucidez crítica. O orgulho autista, quando levado ao extremo, pode ignorar uma realidade dolorosa: há autistas que precisam de apoios intensivos e que, sem intervenção adequada, correm risco de exclusão social, sofrimento emocional e retrocessos no desenvolvimento. O acesso a terapias baseadas em evidências, como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), não deve ser visto como uma tentativa de “normalizar” ou apagar a identidade autista, mas como uma forma de ampliar autonomia e qualidade de vida.

A ciência já demonstrou que intervenções precoces, estruturadas e individualizadas, como as propostas pela Análise do Comportamento Aplicada (ABA), podem melhorar significativamente as habilidades sociais, comunicativas e adaptativas de crianças com autismo (Reichow et al., 2018; Zwaigenbaum et al., 2015). Esses ganhos beneficiam não apenas a criança, mas família, escola e sociedade.



Tampouco devemos romantizar o sofrimento. Para muitas famílias, o diagnóstico chega acompanhado de medo, culpa e solidão. Reconhecer isso não diminui o valor do orgulho — pelo contrário, humaniza o movimento. Orgulhar-se de ser autista não significa negar o luto inicial, os desafios do cotidiano, as crises sensoriais ou os colapsos emocionais. Significa afirmar: “Mesmo com tudo isso, existimos com dignidade, merecemos respeito e queremos ser compreendidos, não consertados.”

O quer dizer que valorizar a identidade autista e defender o acesso à intervenção não são ideias excludentes — são complementares. O foco deve estar no respeito à singularidade de cada indivíduo, no fortalecimento das famílias e no compromisso com práticas éticas e sensíveis às diferentes necessidades.

O orgulho autista precisa caminhar de mãos dadas com o cuidado, a escuta e o compromisso ético com o bem-estar. Celebrar o autismo é também lutar por acessibilidade, por políticas públicas inclusivas, por profissionais capacitados, por escolas que acolham, por uma sociedade que saiba olhar para além do rótulo. E isso só será possível se mantivermos o coração aberto para ouvir as vozes autistas em toda sua pluralidade — das que falam com palavras às que falam com gestos, expressões, silêncios.



AUTISMO

DIREITOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL



O Dia do Orgulho Autista também é uma oportunidade para reafirmar que o autismo é uma condição do neurodesenvolvimento e não uma condição moral. Garantir acessibilidade comunicacional, educacional, social e afetiva é um dever de todos: profissionais, instituições e governos.

Como destaca a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU (2006), a deficiência não está apenas na condição individual, mas na interação entre a pessoa e as barreiras impostas pela sociedade. Reduzir essas barreiras exige escuta ativa, políticas públicas eficazes e, principalmente, a inclusão de pessoas autistas nos espaços de decisão.

O Dia do Orgulho Autista não é um ponto final, mas um convite ao diálogo. Ele nos desafia a ir além das polarizações entre “cura” e “aceitação”, entre “tratamento” e “identidade”. Em um país como o Brasil, onde o diagnóstico ainda chega tardiamente para muitos e o acesso à intervenção é desigual, é urgente pensar o autismo com complexidade, compromisso ético e múltiplas vozes.

Afinal, o verdadeiro orgulho está em construir uma sociedade onde nenhuma forma de ser ou aprender seja motivo de vergonha ou exclusão.



**Referências:**

- Ortega, F. (2009). O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(3), 725–732.
- Reichow, B., Hume, K., Barton, E. E., & Boyd, B. A. (2018). Early Intensive Behavioral Intervention (EIBI) for young children with autism spectrum disorders. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, 2018(5).
- Singer, J. (1999). *Why can't you be normal for once in your life?* In M. Corker & S. French (Eds.), *Disability Discourse*.
- Walker, N. (2021). *Neuroqueer Heresies: Notes on the Neurodiversity Paradigm, Autistic Empowerment, and Postnormal Possibilities*.
- Zwaigenbaum, L., Bauman, M. L., Choueiri, R., et al. (2015). Early intervention for children with autism spectrum disorder under 3 years of age: Recommendations for practice and research. *Pediatrics*, 136(Supplement_1), S60–S81.
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – Organização das Nações Unidas (ONU), 2006.



Por Renata Mamede

Nossa sociedade tem na fala sua maior referência de comunicação social.

Dito isso, trago uma reflexão: Seria a fala a única forma de expressão comunicativa do ser humano?

Acredito que a resposta a essa pergunta seja unânime, certo?

E a resposta é: “Não!!!! O ser humano se comunica com o corpo!!!!!!”

Vamos a um exemplo prático: O bebê acorda no berço, a mãe o ouve brincar por alguns minutos e, de repente, ele começa a choramingar. A mãe aguarda mais alguns segundos e ele chora mais alto. A mãe corre para o quarto, conversa com ele e o pega no colo. Imediatamente, o pequeno para de chorar. Acho que ficou claro que ele queria companhia, ou melhor, um colo de mãe, rs. Em nenhum momento ele “falou”, mas seu choro comunicou uma mensagem. E é assim que aprendemos a discriminar os diferentes choros, sorrisos, olhares, comportamentos dos nossos bebês.

Assim, a comunicação humana é considerada multimodal, ou seja, podemos nos comunicar de diferentes formas.



Esclarecido isso, trago uma definição do que seria a CAA - Comunicação Aumentativa e/ou Alternativa de acordo com pesquisa realizada no *site* da ASHA (American Speech-Language-Hearing Association), referência americana em publicações sobre fala, linguagem e audição:



“

A comunicação aumentativa e alternativa inclui todas as modalidades de comunicação (além da conversa), usadas para expressar pensamentos, necessidades, desejos e ideias. Todos utilizamos esse tipo de comunicação quando usamos gestos, expressões faciais, símbolos, ilustrações ou escrituras.

Em outras palavras é toda forma de comunicação que complementa e /ou substitui a fala tendo como objetivo principal suprir as necessidades de compreensão e expressão da linguagem para além da fala.

Importante esclarecer que a CAA faz parte da Tecnologia Assistiva – TA. Sendo este um termo utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão. (BERSCH & TONOLLI, 2006).

E é exatamente isso que buscamos: inclusão e independência. E há uma explicação para essa ordem visto que as pessoas com deficiência necessitam de adequações, em diferentes níveis e ordens, para serem verdadeiramente incluídas na sociedade; e só a partir de uma inclusão verdadeira conseguiremos promover a independência de que precisam para uma vida mais funcional possível.

Quando iniciamos o uso da CAA, seja em baixa ou alta tecnologia, fazemos uso da fala como ferramenta de modelagem. Assim, o usuário recebe estímulos multissensoriais por meio do que vê, do que aponta e do que lhe é modelado, seja pelo gesto ou pela fala. O que percebemos, com frequência, é que muitas vezes o abandono

desse recurso se dá pela ansiedade até mesmo nossa, os terapeutas, em desejar acelerar o processo de aprendizagem. Ao final deste artigo vamos falar um pouquinho mais sobre esse assunto porque antes gostaria de escrever rapidamente sobre outra dúvida que recebo comumente no consultório: “A quem se destina a CAA?”.

A literatura em geral nos traz que a CAA é especialmente eficaz para três grupos de pessoas. São elas:

1

Pessoas com boa compreensão e que necessitam de um meio alternativo de expressão;

Pessoas que farão uso da CAA durante um período de tempo, uma vez que a fala pode ser adquirida e desenvolvida de modo funcional;

2

3

Pessoas que necessitam dos recursos de comunicação aumentativa e/ou alternativa tanto para a compreensão quanto para a expressão da linguagem.

Importante ressaltar que a partir do momento que usamos os conectivos E/OU na definição de CAA (Comunicação Aumentativa E/OU Alternativa) estamos reforçando que este não é um recurso exclusivo para pessoas não falantes. Ao contrário, particularmente, faço uso desse recurso com relativa frequência com o objetivo de AUMENTAR o repertório de fala de pacientes que apresentam atraso e/ou dificuldade importante nesta habilidade e levam um tempo maior para desenvolvê-la. Em se tratando de crianças, em especial, precisamos compreender que a dificuldade extrema de comunicação por meio da fala, pode gerar comportamentos considerados desafiadores já que, pela própria imaturidade cognitiva da idade, elas não apresentam muitos recursos comunicativos e comumente o fazem por intermédio de gritos ou choros; se isolam, se auto lesionam ou agredem outras pessoas como forma de comunicar sua frustração por não serem compreendidas.

Da mesma forma, nem sempre a CAA será um recurso permanente, pois não é raro, em consultório, iniciarmos seu uso e, com a continuidade da estimulação da fala e linguagem, a criança ampliar seu vocabulário se tornando uma comunicadora falante funcional; e a CAA, paulatinamente, se torna desnecessária.



Quanto aos modelos de CAA que temos disponíveis no mercado atual, destacamos os recursos de baixa tecnologia: materiais de pranchas, cadernos, livros confeccionados em diferentes formatos; e os de alta tecnologia que incluem equipamentos como computadores, vocalizadores e dispositivos móveis que têm aplicativos ou softwares de acesso a sistemas de CAA.

Sobre esse aspecto, sempre surge a dúvida: qual o melhor recurso? Particularmente, considero que o melhor recurso é aquele que atende de forma mais eficaz às necessidades comunicativas do potencial usuário, considerando suas individualidades e o ambiente em que vive. É importante acrescentar que é totalmente possível fazer uso de recursos das duas modalidades tecnológicas para a mesma pessoa.

Para finalizar, gostaria de ressaltar que o desenvolvimento da CAA não acontece da mesma forma que na aprendizagem implícita do desenvolvimento neurotípico. Essa ferramenta requer primeiramente muita paciência e persistência por parte do profissional responsável pelo seu desenvolvimento, uma avaliação cuidadosa das demandas e habilidades do potencial sujeito e treinamento da equipe profissional e dos parceiros de comunicação sejam eles familiares, colegas ou equipe escolar. O objetivo final é que o usuário seja capaz de se comunicar sobre os mesmos assuntos e nas mesmas situações que os usuários falantes, respeitando sempre suas necessidades e desejos; e jamais ignorando a comunicação multimodal, pois validar todas as formas comunicativas do sujeito é demonstrar – lhe respeito. O que precisamos compreender é que o percurso até o uso efetivo e motivador da CAA por parte do usuário envolve, como já dito anteriormente, o controle da nossa ansiedade como mediador desse processo, pois fazer com que o outro entenda a importância da ferramenta para sua vida pode levar um tempo.

Sendo assim, se seu filho ou filha, paciente ou aprendente, caminha a passos lentos na implementação da CAA e você tem convicção de que ela será uma ferramenta útil para seu desenvolvimento global, **INSISTA**. Com amor e respeito, observando cuidadosamente os desejos e necessidades dele(a), validando suas mais variadas formas de expressão e modelando....modelando....modelando. Aprender a se comunicar é libertador! Sigamos em frente...

Referências:

www.asha.org

Martine Smith (2015). Desenvolvimento da linguagem de indivíduos que requerem comunicação auxiliada: Reflexões sobre o estado da ciência e direções de pesquisas futuras. Comunicação Aumentativa e Alternativa, vol. 31, nº 1.

Material de apoio: cursos de capacitação CORE POWER e FONOCONECTA ministrados respectivamente pelas fonoaudiólogas Valéria Santos e Ana Philipps



5 MITOS E VERDADES SOBRE A CAA

Mito

CAA atrapalha a aquisição da fala.

Verdade

De acordo com a maioria das pesquisas encontradas na literatura científica não há interferência da CAA na aquisição da fala. Ao contrário, alguns estudos trazem relatos de experiência, em que a partir do seu uso, houve um maior engajamento em terapia e ganhos mais significativos de fala. Como falamos na coluna “Desmistificando a CAA”, a partir do momento que oferecemos ao potencial usuário ferramentas de comunicação complementares ou alternativas para a fala, diminuimos os riscos de não serem compreendidos e, conseqüentemente, aumentamos sua autoestima e os encorajamos no enfrentamento dos desafios comunicativos.

Mito

A CAA deve ser o “último recurso” na intervenção fonoaudiológica.

Verdade

Essa fala já foi aceita; mas nos primórdios do uso da CAA. Com o aumento das pesquisas científicas na área, hoje é praticamente uma unanimidade entre os cientistas e terapeutas que estudam e atuam na área da comunicação humana a certeza de que ela deve ser um dos primeiros recursos disponibilizados. Isso deve ocorrer a fim de que não se esgotem as estratégias de estimulação vocal/oral e que o insucesso comunicativo gere outras lacunas. Essas lacunas podem atrapalhar o desenvolvimento global do potencial usuário, como exemplo, o desenvolvimento da linguagem, a interação social e a aprendizagem escolar.



Mito

As crianças devem ter um determinado conjunto de habilidades para começar a usar a CAA.

Verdade

Não há, na literatura científica, dados que nos reportam a necessidade de pré-requisitos para começarmos a usar a CAA.

Eu diria que há um único pré-requisito: A NECESSIDADE de se oferecer ao potencial usuário mais uma FERRAMENTA que lhe proporcionará AUTONOMIA e EMPODERAMENTO para se COMUNICAR cada vez melhor.

Mito

Existe uma idade mínima para iniciarmos o uso da CAA.

Verdade

Os mais recentes estudos científicos reconhecem os benefícios da implementação da CAA com crianças cada vez mais novas não havendo, portanto, limitação etária para seu uso.

Mito

Somente os sistemas com produção de voz são eficazes.

Verdade

Ainda que alguns sistemas eletrônicos com produção de voz tenham mais recursos, o que chamamos de CAA de baixa tecnologia são consideradas também excelentes ferramentas para comunicação. Na verdade, a escolha do melhor recurso dependerá dos resultados da avaliação de um profissional capacitado que observará as características motoras, cognitivas e linguísticas do potencial usuário; assim como a condição financeira e o ambiente em que o sujeito está inserido.

Referências:

Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v.5, n.2, p. 229-240, Jul.-Dez., 2018

Conheça *Renata Mamede*



Renata Ferreira Mamede é fonoaudióloga formada pela Universidade Católica de Goiás.

É uma das CEO do CEETE – Centro de Excelência em Especialidades Terapêuticas e Educacionais. Tem pós-graduação em Linguagem, Psicopedagogia, Autismo e Neuropsicologia aplicada a saúde e educação. Aprimoramento em Análise Aplicada do Comportamento (ABA), em Transtornos do Neurodesenvolvimento e Aprimoramento Avançado em Transtornos de Aprendizagem.

É uma das pioneiras em Goiás no diagnóstico e intervenção dos Transtornos motores de fala com formação em PROMPT, PECS, CORE POWER, ReST, DTTC e Multigestos. Atua na clínica há 27 anos. Além de oferecer supervisão profissional em fonoaudiologia e psicopedagogia, realiza palestras e aulas em cursos de formação para profissionais e escolas.



CEETE
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM ESPECIALIDADES
TERAPÊUTICAS E EDUCACIONAIS



CEETE
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM ESPECIALIDADES
TERAPÊUTICAS E EDUCACIONAIS



(62) 99843-8715



@ceete.centrodeexcelencia



Rua 121, s/n, Qd. F41, Lt. 25
Setor Sul | **Goiânia - GO**

SEMENTES

Por Rosiane Medrado



Certo dia, levei meus alunos do sexto ano a uma sala toda decorada. Fui eu quem decorei. Aliás, minha filha e minhas colegas de trabalho também escolheram abraçar minha ideia de tocar aqueles coraçõezinhos. Enchemos cada balão colado no teto, puxamos com a ponta da tesoura cada caracol de fitilho preso ao balão. Parecia uma festa, daquelas que eu vi tantas vezes antes de ser uma pessoa grande. Festa de verdade, que dura semanas antes, fazendo moldes, decorando os espaços, colorindo papéis, pensando nos detalhes... cortina de papel crepom.

Levei um a um, aluno por aluno. A experiência precisava ser individual. A sala cheirava a cidreira, que era, por sorte, meu chá favorito de infância. Sim, providenciamos o aroma. Ao abrirem a porta, primeiro o perfume e a música “Coisas boas”, do Música em Família. Porque era um dia para viver coisas boníssimas, daquelas que nos dão confiança, que brotam bons sentimentos, que nos fazem acreditar nas pessoas sem precisar de números nem de letras.

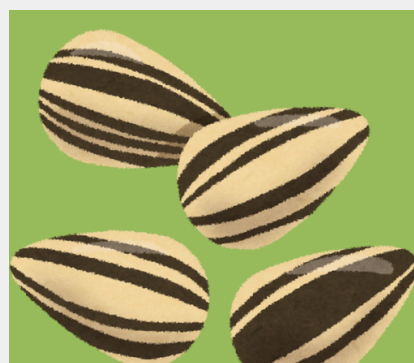
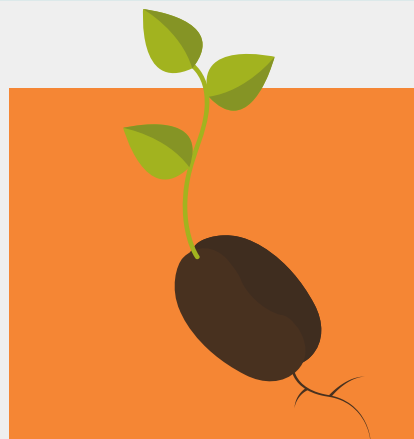
Expliquei a cada criança: “Tudo aqui foi feito para você, porque nossas palavras são sementes, conforme aprendemos com ‘O Pequeno Príncipe’”. E todas as palavras ditas e não ditas ali eram para brotar no coração deles roseiras ou rabanetes. Aquele era um dia para se arrancar baobás, ou qualquer outro sentimento que, crescendo, pudesse despedaçá-los. Era dia de emendar, de ligar, de cativar.

Nas paredes, havia recados de professores, coordenadores, a tia da recepção, “o bom dia” da portaria e de muitos que cuidam do bem-estar da escola. Recados manuscritos, claro. Todos com o traço pessoal que cada caligrafia carrega. Eles olhavam os recados com olhar de metáforas. “Tudo aqui é para mim?”, “A letra do tio Victor é assim?” perguntavam-me. Riam, abraçavam-me.

Ao final, eu disse: “Dentre todos esses recados, todas essas palavras, que são boas sementes, há um recado mais importante”. Então, com um fone, sentados em um cantinho só deles, ouviam um áudio de seus pais ou familiares, reafirmando o quanto eram amados. Primeiro um olhar desconfiado, um pouco curioso. Depois, um largo sorriso. “É o meu pai!” ou “Essa é a voz da minha mãe!”. Outros, apenas a boca aberta, as sobrancelhas erguidas, a mão nos olhos. Então, a emoção: os lábios trêmulos, a mãozinha apertada, tentando segurar o choro, o riso. Uma aluna fechou os olhos, deitou a cabeça no próprio ombro, como quem recebe um cafuné.

120 alunos participaram dessa experiência e todos, sem exceção, ficaram, aos seus modos, emocionados. E eu, que assisti a tudo isso, me senti a pessoa mais sortuda do mundo por poder, de alguma forma, participar desse elo chamado Amor. Sorte por ver brotar ali, naqueles pequenos planetas, boas palavras que certamente geraram bons frutos. Na saída da sala, eles receberam um pacotinho de sementes de girassol e um recadinho que dizia: “Que de suas palavras nasçam flores”. Por muito tempo eu recebi pelas redes sociais fotos dos girassóis. Brotando, crescendo, se abrindo. E até hoje, quando me lembro desse dia, nascem flores em meu coração.

Finalizado o momento, um abraço demorado e um “Muito Obrigado, tia Rose”. Alguns relataram-me que nunca ouviram tais palavras dos pais. Outros diziam que não sabiam que os pais se orgulhavam deles. Também houve aqueles que disseram que a maior certeza que tinham era de que eram amados. Eu tive a certeza de que meu propósito naquele dia foi além do conteúdo de Literatura e eu fui feliz.





Conheça *Rosiane Medrado*

Rosiane Medrado, 39 anos, é professora de Literatura e Língua Portuguesa, atuando no Ensino Fundamental 2 e no Ensino Médio. Esposa do Vinícius Medrado e mãe da Mariana e do João Marco, Rosiane é uma profissional comprometida com a aprendizagem socioemocional, valoriza o desenvolvimento integral dos alunos ao unir aspectos emocionais e sociais em sua prática pedagógica.

Ela se encanta profundamente com os dois segmentos em que trabalha, pois enxerga neles uma oportunidade única de desvendar os mistérios da vida humana, explorando as complexidades e nuances que envolvem o crescimento e a formação dos jovens.

Apaixonada por livros, Rosiane encontra na leitura uma fonte constante de inspiração para criar e inovar em seu trabalho, sempre buscando novas formas de estimular o aprendizado e a criatividade. Sua dedicação à família e à educação reflete seu compromisso em formar cidadãos conscientes e emocionalmente preparados para os desafios da vida.



MATERNIDADE ATÍPICA

Entre o amor incondicional e os desafios diários

Por Sandra Paro



Ser mãe é uma experiência transformadora, mas quando essa jornada envolve a criação de um filho com deficiência ou transtornos do neurodesenvolvimento, como o autismo (TEA), o TDAH ou a síndrome de Down (T21), surgem desafios únicos e profundos que compõem o que chamamos de *maternidade atípica*. Diferente do que é idealizado socialmente, essa forma de maternidade exige uma reorganização emocional, prática e social, e precisa ser compreendida com empatia e profundidade.

O texto de Emily Pearl Kingsley, *Bem-vindo à Holanda*, retrata bem o sentimento:

Quando você vai ter um bebê, é como planejar uma fabulosa viagem de férias – para a Itália. (...) É tudo muito empolgante. Após meses de ansiosa expectativa, finalmente chega o dia. Você arruma suas malas e parte. Várias horas depois, o avião aterrissa. A comissária de bordo diz: “Bem-vindos à Holanda” Holanda? Como assim Holanda? Eu escolhi a Itália. Deveria estar na Itália. Toda minha vida sonhei em ir para a Itália. (...) Mas houve uma mudança no plano de voo. Eles aterrissaram na Holanda e lá você deve ficar. (KINGSLEY, 1987).

Ser mãe é, por si só, um exercício diário de entrega, paciência e descoberta. Mas ser mãe de uma criança autista, por exemplo, é algo que transcende qualquer roteiro escrito sobre a maternidade. É viver uma maternidade atípica, em que os marcos de desenvolvimento não seguem o calendário dos outros, em que os silêncios falam alto, os olhares são raros — mas, quando vêm, são como o sol depois de dias nublados.

É acordar todos os dias com o coração apertado e, mesmo assim, vestir-se de coragem. É ensinar ao mundo que sua filha ou filho não é um problema a ser resolvido, mas um ser humano a ser compreendido. É passar por consultas, terapias, avaliações, relatórios e reuniões escolares — como quem vai para uma batalha com a armadura do amor.



Um dos primeiros desafios relatados por mães atípicas é o luto antecipado ou luto simbólico — não pela perda de um filho, mas pela desconstrução do filho idealizado. Segundo Kearney e Griffin (2001), esse luto ocorre como parte do processo de aceitação do diagnóstico e da adaptação às novas demandas familiares. Estudos apontam que mães de crianças com necessidades especiais apresentam níveis mais elevados de estresse parental do que mães de crianças típicas (Hayes & Watson, 2013). O que sobrecarrega as mães, mental e fisicamente. Os desafios são únicos: como a falta de compreensão e apoio da sociedade, recursos limitados para ajudar seus filhos, falta de rede de apoio e isso pode aumentar significativamente a sobrecarga mental, levando a sentimentos de isolamento e exaustão.



A sobrecarga emocional é um dos aspectos mais recorrentes na literatura. Pesquisa de Benson (2006) indicou que mães de crianças com TEA têm mais sintomas de ansiedade e depressão do que mães de crianças com desenvolvimento típico. Essa carga não se refere apenas ao cuidado direto, mas à constante vigilância, às decisões terapêuticas, ao enfrentamento de barreiras sociais e à necessidade de advocacia constante.

A maternidade atípica muitas vezes é acompanhada por um sentimento de isolamento social. A falta de compreensão da sociedade e até de familiares pode gerar julgamentos e afastamentos. Segundo estudiosas como Olga Rojas e Gabriela Michelena (2015), mães atípicas relatam sentir-se invisíveis socialmente e carregam sozinhas a responsabilidade do cuidado, muitas vezes negligenciadas pelas políticas públicas e pelo sistema de saúde.



Quantas mães já passaram horas e horas tentando decifrar o motivo de uma crise? Às vezes, é a etiqueta da roupa. Outras, o som do liquidificador. Outras ainda, um simples “não” que desorganiza todo o dia. E mesmo sem saber exatamente como ajudar, elas permanecem firmes, amorosas, exaustas, mas inteiras no afeto.

Enquanto outras mães comemoram as primeiras palavras, essas mães celebram o primeiro toque no rosto, o primeiro pedido com gesto, o primeiro “mamãe” sussurrado depois de anos de espera. Para elas, o progresso não está nas métricas de uma cartilha, mas nos pequenos milagres cotidianos: um abraço inesperado, um sorriso trocado, uma manhã sem choro.

Ser mãe atípica no Brasil também significa se tornar uma defensora dos direitos do filho. Garantir acesso à educação inclusiva, terapias especializadas, transporte adaptado ou atendimento humanizado no SUS exige conhecimento da legislação e resiliência. A Lei Brasileira de Inclusão (13.146/2015) assegura esses direitos, mas sua efetivação, na prática, ainda encontra muitos obstáculos.

Apesar das dificuldades, a maternidade atípica também revela potências. Muitas mães relatam um fortalecimento do vínculo afetivo, o desenvolvimento de uma escuta mais sensível e a redescoberta de si mesmas. A psicóloga e pesquisadora Catherine Garvey (1984) já afirmava que o brincar compartilhado entre mães e filhos com deficiência favorece o desenvolvimento emocional e social de ambos. Além disso, o conceito de resiliência materna — definido por McCubbin e Patterson (1983) — mostra como muitas mães desenvolvem estratégias de enfrentamento positivas diante das adversidades.



A maternidade atípica também é solitária. Há julgamentos nos olhares, falta de compreensão nos comentários alheios, exclusões disfarçadas de convites que nunca chegam. Mas é também profundamente solidária, pois onde há uma mãe atípica, há uma rede silenciosa de outras que se reconhecem no olhar cansado e na esperança viva.

Reconhecer os desafios da maternidade atípica também é reconhecer a necessidade de redes de apoio. Grupos de mães, psicoterapia, tempo para si, políticas públicas de suporte e práticas de autocuidado não são luxo, mas uma questão de saúde mental. Como apontam estudiosas como Singer (2006), investir no bem-estar da mãe impacta diretamente no desenvolvimento e qualidade de vida da criança.

Essas mães aprendem a se reinventar. Tornam-se especialistas sem diploma: em neurociência, educação especial, terapias comportamentais e inclusão escolar. Tornam-se também ativistas do amor, lutando para que o mundo enxergue seus filhos como eles são — inteiros, dignos, brilhantes à sua própria maneira.



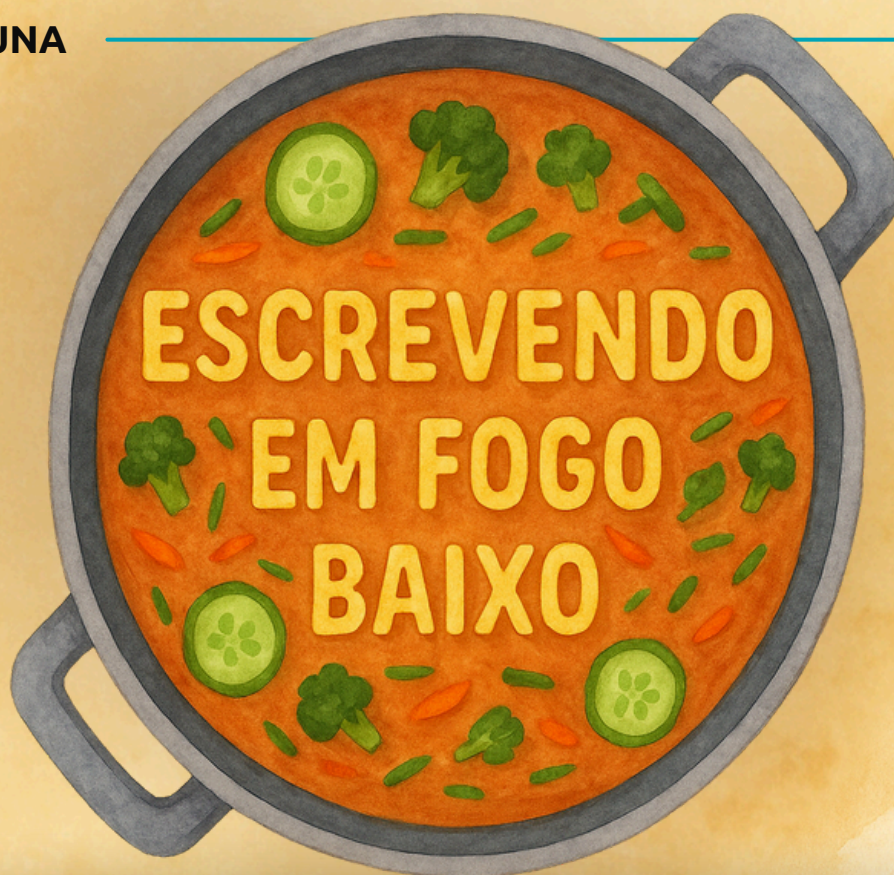
A maternidade atípica é marcada por complexidades emocionais, sociais e práticas que ultrapassam a romantização da maternidade tradicional. Falar sobre ela é uma forma de resistência e de acolhimento. Quando damos voz às mães atípicas, reconhecemos que o amor é potente, mas que ele precisa ser sustentado por políticas públicas, rede de apoio e compreensão social. Só assim poderemos construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva — para as crianças e para suas mães.

Porque ser mãe de uma criança autista não é ter menos — é ter mais: mais entrega, mais força, mais escuta, mais intensidade. É descobrir, todos os dias, que dentro de cada desafio existe também um convite à beleza, à presença e à verdadeira essência do amor.



Referências:

- Benson, P. R. (2006). The impact of child symptom severity on depressed mood among parents of children with ASD. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 36(5), 685–695.
- Hayes, S. A., & Watson, S. L. (2013). The impact of parenting stress: A meta-analysis of studies comparing the experience of parenting stress in parents of children with and without autism spectrum disorder. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 43(3), 629–642.
- Kearney, P. M., & Griffin, T. (2001). Between joy and sorrow: Being a parent of a child with developmental disability. *Journal of Advanced Nursing*, 34(5), 582–592.
- McCubbin, H. I., & Patterson, J. M. (1983). The family stress process: The double ABCX model of adjustment and adaptation. *Marriage & Family Review*, 6(1-2), 7–37.
- Rojas, O., & Michelena, G. (2015). Maternidades atípicas: relatos de mulheres que cuidam de filhos com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 21(4), 515–530.
- Singer, G. H. (2006). Meta-analysis of comparative studies of depression in mothers of children with and without developmental disabilities. *American Journal on Mental Retardation*, 111(3), 155–169.



M E N U I N F A N T I L

VIROU BRINCADEIRA
DE MAU GOSTO?

Por Aline Alves



Não sei quem foi que decidiu, mas erraram feio ao rotular comida de criança como sinônimo de batata frita e nuggets.

Nos últimos seis anos, passando por dezenas de cafés e restaurantes — tanto em Santiago, onde morei por anos, quanto em cidades do Brasil — percebi um padrão frustrante: os menus infantis empacaram no tempo. Um repertório sem fim, pobre em sabor, criatividade e, principalmente, em respeito pela experiência do comer.

– "Ah, mas é só pra criança, precisa disso tudo?", dispara o dono, o chef ou quem montou o cardápio com o piloto automático ligado.

Precisa, sim. E te explico o porquê.

Comer é muito mais do que saciar a fome. É um ato social, afetivo, educativo e cultural. É através das refeições — especialmente em família ou em grupo — que as crianças aprendem sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Pesquisas mostram que a forma como nos alimentamos nos primeiros anos de vida tem impacto direto na saúde física e mental, no comportamento e até na nossa relação com o corpo e com o prazer.

É só olhar o cardápio de um adulto: variedade de carnes, saladas, acompanhamentos, opções para todos os gostos. Agora olhe o quadradinho do menu infantil — aquele lá no rodapé, quase escondido. Duas, no máximo três opções. Sempre as mesmas. Como se nossas crianças só merecessem o básico e sem graça.

A ciência já apontou que a repetição de alimentos ultraprocessados na infância está associada ao aumento do risco de obesidade, doenças cardiovasculares e transtornos



ESCREVENDO EM FOGO BAIXO

alimentares no futuro. Além disso, quando a oferta é limitada e pouco nutritiva, reforçamos a ideia de que o paladar infantil é “naturalmente seletivo” — quando, na verdade, seletividade alimentar é muitas vezes aprendida, não inata.

Se você vai oferecer comida para crianças no seu restaurante, pense com o mesmo cuidado que dedica à sua cozinha principal. Traga os sabores da casa para o prato delas. Reduza um pouco no lustre caro, nos guardanapos importados e nos temperos do Himalaia. A verdadeira sofisticação está em incluir todos — inclusive os pequenos — na experiência gastronômica.



O comer social, especialmente em ambientes públicos, é uma oportunidade de aprendizado e pertencimento. Criança que senta à mesa e come com os outros aprende sobre espera, partilha, apreciação e limites. Aprender a saborear é tão importante quanto aprender a ler.

Sim, alguns restaurantes já entenderam isso. Criam pratos divertidos, coloridos, saudáveis e pensados com afeto para as crianças. Mas ainda são poucos. Tão poucos quanto amigos no parquinho em dia de chuva.

Crescer achando que bacon vem de um pacotinho ou se orgulhar de não saber fritar um ovo não tem graça nenhuma. Comer é natural. Cozinhar também deveria ser. Ensinar isso desde cedo é dar liberdade — de escolhas, de sabores, de vida.

Educar o paladar desde cedo é um investimento. Uma criança exposta a diferentes sabores e texturas tem mais chances de desenvolver hábitos alimentares saudáveis, curiosidade gastronômica e autonomia. Ela aprende a respeitar os alimentos e a si mesma. E isso não acontece oferecendo apenas batata, macarrão e nuggets.



ESCREVENDO EM FOGO BAIXO

Chega de limitar o paladar infantil. Criança também merece comida de verdade, bem feita, com cor, com alma e com carinho.

E eu, pelo menos, já não caio mais nessa de cardápio sem alma.

E você?

Referências:

Birch, L. L., & Ventura, A. K. (2009). Preventing childhood obesity: what works?. *International Journal of Obesity*, 33(S1), S74–S81.

Monteiro, C. A., et al. (2018). Ultra-processed foods: what they are and how to identify them. *Public Health Nutrition*, 22(5), 936–941.

Carruth, B. R., et al. (2004). The phenomenon of "picky eater": a behavioral marker in eating patterns of toddlers. *Journal of the American College of Nutrition*, 23(2), 91–98.

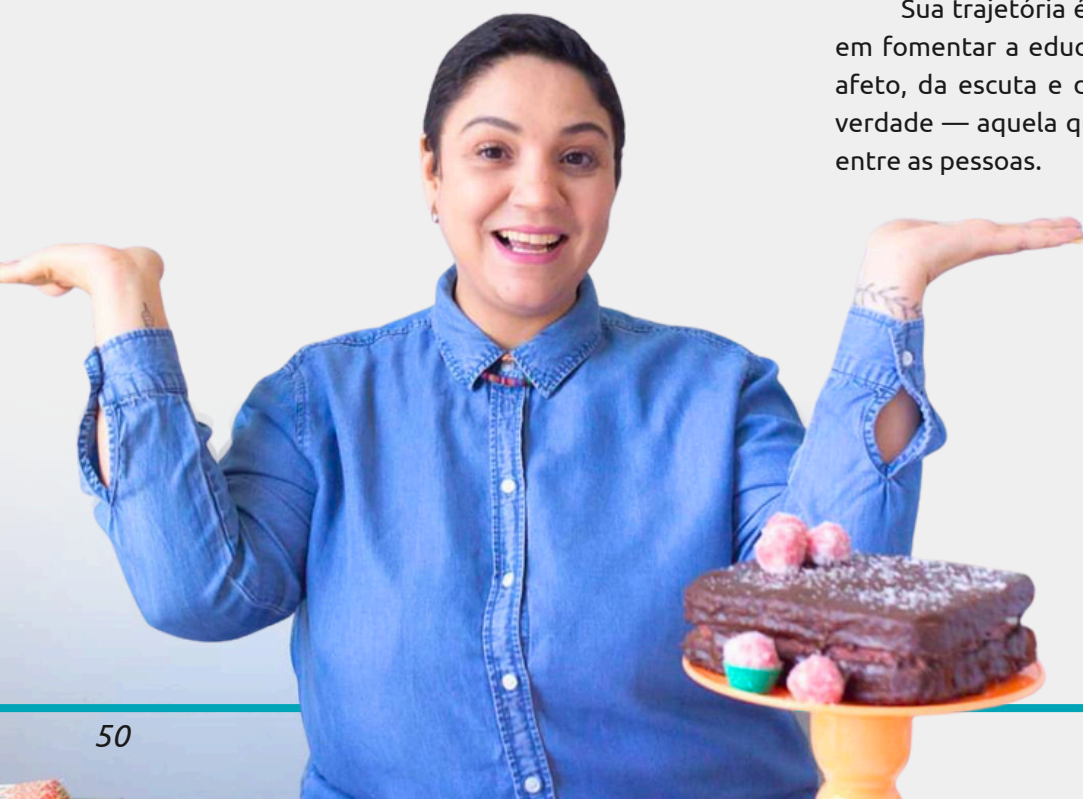
Fischler, C. (2011). Comensalidade: del compartir al convivir. *Comunicación Social Ediciones y Publicaciones*.

Conheça *Aline Alves*

Aline Alves é jornalista formada e atua há 13 anos como redatora publicitária. Também é culinária especializada em comida de verdade, unindo comunicação e gastronomia para promover uma relação mais consciente, afetiva e saudável com a alimentação — especialmente na infância.

Mãe do Valentin, de 7 anos, autista e com TDAH, Aline escreve sobre o comer social e a relação emocional com a comida, trazendo um olhar sensível e inclusivo ao tema. Viveu por 8 anos em Santiago, no Chile, onde ministrava oficinas de culinária para pais e filhos, além de produzir alimentos naturais para festas infantis.

Sua trajetória é marcada pelo compromisso em fomentar a educação alimentar por meio do afeto, da escuta e da valorização da comida de verdade — aquela que nutre o corpo e o vínculo entre as pessoas.



INDICAÇÃO DE LEITURA

LEVE PRA QUEM?

O AUTISMO NÍVEL 1 DE SUPORTE É LEVE PARA QUEM?

Organizadoras: Annelise Júlio-Costa, Isabella Starling-Alves e Andressa Moreira Antunes
Editora Ampla, 2023 – Belo Horizonte/MG

O livro “Leve pra quem?” é uma obra coletiva que convida à reflexão crítica e profunda sobre o autismo nível 1 de suporte – frequentemente chamado de “autismo leve” – e os desafios associados a essa definição. Organizado por Annelise Júlio-Costa, Isabella Starling-Alves e Andressa Moreira Antunes, o livro parte de uma pergunta central, provocativa e necessária: leve para quem?

A proposta do livro é desconstruir a ideia simplista de que o autismo classificado como nível 1, por demandar menos suporte em comparação aos demais níveis, seria necessariamente mais fácil de lidar. A narrativa deixa claro que, embora muitas vezes invisibilizado ou diagnosticado tardiamente, o TEA nível 1 traz implicações funcionais, sociais e emocionais significativas — tanto para os autistas quanto para suas famílias, profissionais de apoio e a sociedade.

A obra está organizada em **quatro seções complementares**, que cobrem desde os fundamentos diagnósticos até as vozes de pessoas autistas que vivenciam, em primeira pessoa, os desafios e particularidades do nível 1 de suporte.



DICA DE LEITURA

A primeira parte do livro apresenta o conceito de TEA nível 1 com base nos critérios do DSM-5-TR, discutindo as nuances do diagnóstico diferencial a partir da avaliação neuropsicológica. O capítulo inicial chama a atenção para a heterogeneidade do espectro e a dificuldade de diferenciar o autismo de outras condições com sintomas semelhantes, como TDAH, transtornos de linguagem, superdotação ou até traços de personalidade.

Na segunda seção, os capítulos exploram as manifestações do TEA nível 1 em diferentes contextos e perfis. São discutidos temas como:



O **fenótipo feminino** e o fenômeno do *masking* (camuflagem comportamental) nas mulheres autistas;



A complexa relação entre **altas habilidades** e autismo (dupla excepcionalidade);



Alterações em **funções executivas, linguagem, comunicação social e teoria da mente;**



Questões relacionadas à **aprendizagem escolar, sensibilidade sensorial e sintomas internalizantes** (como ansiedade e depressão).

Essa seção amplia a compreensão do leitor sobre a diversidade de apresentações clínicas do nível 1, reforçando a importância de uma abordagem individualizada.

A terceira parte do livro é voltada para o cotidiano dos indivíduos com autismo nível 1 e suas interações com o mundo. Temas fundamentais são abordados com profundidade:

Desafios da **inclusão escolar;**

A vivência da **sexualidade e dos relacionamentos afetivos;**

O enfrentamento das barreiras no **mercado de trabalho.**

DICA DE LEITURA

Os textos evidenciam como as dificuldades sociais e comunicacionais persistem ao longo da vida, impactando a autonomia, autoestima e qualidade de vida dos autistas, apesar de sua aparente "funcionalidade".

A última seção do livro apresenta **intervenções não medicamentosas**, com destaque para:

A **orientação parental**, como estratégia de apoio familiar;

A **terapia cognitivo-comportamental**, adaptada ao perfil de pessoas autistas com maior autonomia verbal e cognitiva.

O diferencial desta seção está em abrir espaço para **o protagonismo das pessoas autistas**. Autistas Nível 1 compartilham suas vivências e percepções, trazendo uma perspectiva essencial que complementa o conhecimento técnico com experiências reais. Isso reforça o princípio do lugar de fala como ferramenta de empoderamento e validação da subjetividade autista.

"Leve pra quem?" é uma obra de referência para todos que desejam compreender com maior profundidade o autismo nível 1 de suporte. Ao articular teoria, prática clínica, evidência científica e vivências autênticas, o livro desconstrói mitos e desafia estereótipos sobre o "autismo leve".

A principal contribuição da obra é evidenciar que **a classificação "nível 1" não minimiza o impacto da condição**, nem pode ser usada para relativizar o sofrimento, a sobrecarga emocional ou a necessidade de suporte adequado. A pergunta-título ecoa como uma crítica à superficialidade com que o tema ainda é tratado em muitos espaços clínicos e sociais. Afinal, como bem questiona o livro: **leve para quem?**

Essa leitura é indispensável para profissionais da saúde, da educação, pesquisadores, familiares e para a sociedade em geral, comprometida com uma compreensão mais justa, empática e informada sobre o espectro autista.

DADO QUEBRA-GELO

Para Grupos de Habilidades Sociais (HS)

O Dado Quebra-Gelo tem como objetivo principal facilitar a interação social e criar um ambiente descontraído, ao mesmo tempo em que melhora as habilidades de comunicação, aumenta a confiança dos participantes, ajuda a identificar interesses comuns e promove coesão do grupo.



Desejo adquirir!



Dante e Fanny

em

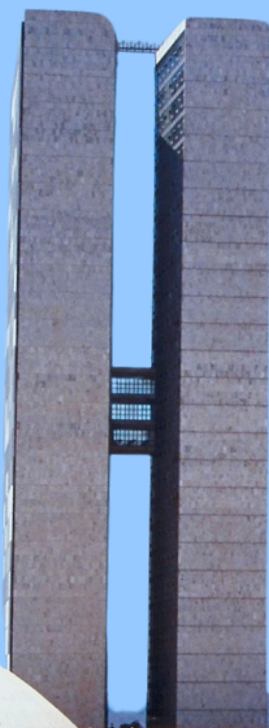
Orgulho de Ser Quem Sou



BRASÍLIA,
ESTAMOS CHEGANDO!



JORNADA DO
AUTISMO





Thiago Gusmão

Thiago Lopes

Tabata Cristine

Paulo Liberalesso

Marcene Oliveira

Meca Andrade

Sol Monyok

Fernando Giovannelli

Talita Pazeto

Emilia Gama

Vanessa Ziotti

Carla Bertin

Carolina Quedas

Kaka Lobe

Luciana Xavier

Felipe Nilo

Nyedja Gennari

Mirela Carla

Gustavo Tozzi

Gabriel Bertin

Sarita Melo

Deborah Kerches

Amanda Vilela

Natalie Araripe

Tiago Florêncio

Elisabete Giusti

**Conhecimento multidisciplinar
sobre Autismo, capacitação de alto
nível e os melhores palestrantes do
Brasil em um único lugar.**

31 de maio e 01 de junho | Brasília - DF

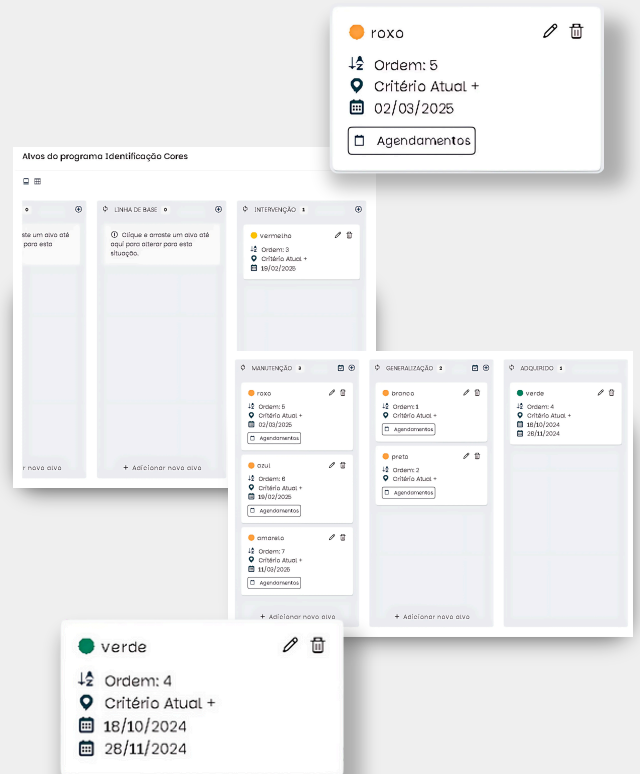
CONGRESSO
**JORNADA DO
AUTISMO**

AGENDAMENTO AUTOMÁTICO

Sem reforço contínuo, habilidades podem se perder com o tempo e você sabe o quanto isso impacta o progresso terapêutico. Baseado em evidências como Stokes & Baer (1977) e Cooper, Heron & Heward (2020), o agendamento de revisões garante resistência à extinção, reforçamento intermitente e a tão desejada generalização.

Com o agendamento automático do ABA+, você:

- Evita esquecimentos;
- Reforça repertórios aprendidos;
- Melhora a qualidade e a ética da intervenção.



VOCÊ ENSINA, O ABA+ AJUDA A MANTER!

- Manutenção de habilidades = Intervenção consistente e eficaz.
- Agende revisões automáticas no ABA+ e evite a perda de repertório.
- Tecnologia a favor da fidelidade na aplicação da ABA.

Quero uma demonstração gratuita do Software



REVISTA ABA+

Muito obrigada por estar conosco!

Chegamos ao final de mais uma edição da Revista ABA+ Inteligência Afetiva e foi uma verdadeira alegria compartilhar essa leitura com você. Esperamos que os conteúdos tenham inspirado, emocionado e provocado reflexões importantes.

Contamos com sua presença nas próximas edições. E não deixe de nos acompanhar também nas redes sociais — queremos continuar essa conversa com você!

Até breve!



 @abamaisinfo

 www.abamais.com